

Comércio eletrônico de suplementos alimentares

Renata de Araujo Ferreira

Coordenação de Inspeção e Fiscalização Sanitária e Alimentos – COALI/GIASC/GGFIS

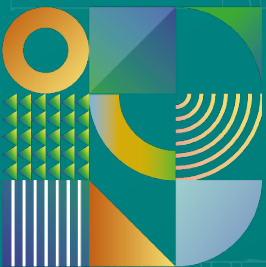
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA



ANVISA

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Normas gerais para suplementos alimentares

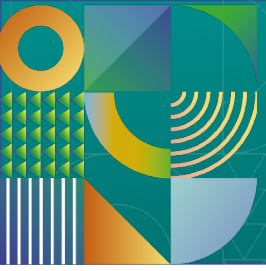


Definição

Suplemento alimentar: produto para ingestão oral, apresentado em formas farmacêuticas, destinado a suplementar a alimentação de indivíduos saudáveis com nutrientes, substâncias bioativas, enzimas ou probióticos, isolados ou combinados.



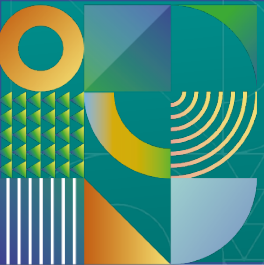
RDC n. 243/2018



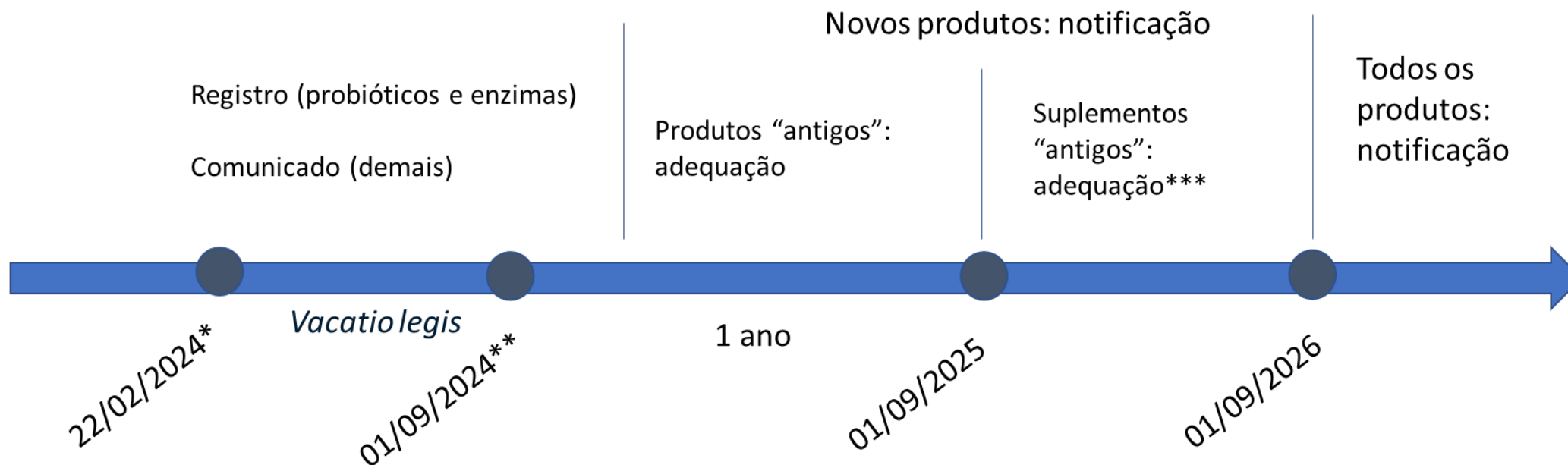
Regras para suplementos alimentares – RDC n. 243/18 e IN n. 28/2018

LISTAS POSITIVAS

- Constituintes autorizados
 - Alegações autorizadas
- Limites mínimos e máximos por grupo populacional
- Aditivos alimentares e coadjuvantes autorizados
 - Atualização periódica



Todos os suplementos devem ser notificados na Anvisa a partir de setembro de 2026



* Publicação RDC n. 843/2024

** Entrada em vigor da RDC n. 843/24

*** Deliberação 13ª Reunião Ordinária

Consulte os constituintes e alegações aprovadas para suplementos no Portal da Anvisa

www.gov.br/anvisa/pt-br

Produtividade CPR... Página Inicial - Intra... aditamento Gerência-Geral de... GRAS Notices Sistema Eletrônico... forum.codex-alime... Ouvidoria

gov.br Ministério da Saúde

Órgãos do Governo Acesso à Informação Legislação Acessibili

× Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa

O que você procura?

Assuntos	Notícias	Rotulagem de alimentos
Setor Regulado	Agrotóxicos	Suplementos alimentares
Acesso à Informação	Alimentos	Painéis de consulta de alimentos
Composição	Cosméticos	Fenilalanina em alimentos
Centrais de Conteúdo	Educação e pesquisa	Participação em Fóruns Internacionais
Canais de Atendimento	Farmacopeia	Cursos e webinars
Sistemas	Fiscalização e monitoramento	Informes
English	Laboratórios Analíticos	Publicações
	Medicamentos	Legislação vigente
	Portos, aeroportos e fronteiras	Perguntas frequentes
	Produtos para saúde	Orientações para setor regulado
	Regulamentação	Contaminantes em alimentos
	Saneantes	
	Sangue, tecidos, células, órgãos e terapias avançadas	
	Serviços de saúde	

anvisa/pt-br/assuntos/alimentos/paineis-de-consulta-de-alimentos

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa

O que você procura?

Entrar

Painéis de consulta de alimentos

Fenilalanina em alimentos

Novos alimentos e ingredientes

Constituintes autorizados para uso em suplementos alimentares

Enzimas aprovadas como coadjuvantes de tecnologia

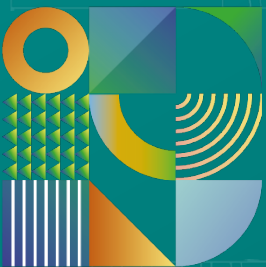
Painel sobre Aditivos Alimentares

Painel sobre Coadjuvantes de Tecnologia

Painel sobre Perguntas e Respostas de Alimentos



Irregularidades comuns em suplementos alimentares



Exemplos de irregularidades - composição de suplementos alimentares



Uso de ingredientes da área de alimentos não previstos (exemplo: ora pró nobis, pimenta negra, maca peruana etc.)



Uso de ingredientes da área de medicamentos não permitidos (ex: drogas vegetais, fitoterápicos etc)



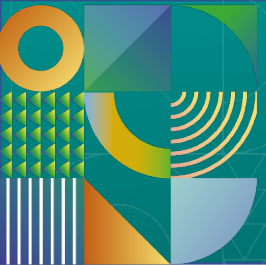
Composição não declarada: uso de ingredientes proibidos da área de medicamentos ou considerados *doping*



ANVISA
Agência Nacional de Vigilância Sanitária



ANVISA
Agência Nacional de Vigilância Sanitária



Exemplos de irregularidades - composição de suplementos alimentares

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.278, DE 2 DE JULHO DE 2020: proíbe a importação, fabricação, propaganda, comercialização, distribuição de suplementos importados, comercializados à época via site hospedado no exterior(domínio “.com”) com composição irregular, apresentando inclusive substâncias controladas (prasterona, DHEA etc.)



Consulta de produtos irregulares:
<https://consultas.anvisa.gov.br/#/dossie/>

 ANVISA
Agência Nacional de Vigilância Sanitária

 **ANVISA**
Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Exemplos de irregularidades – Propaganda e regularidade de suplementos alimentares

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.841, DE 28 DE JULHO DE 2025: proíbe a comercialização, distribuição, fabricação, uso; suspende a propaganda e determina a apreensão de todos os lotes do produto SUPLEMENTO ALIMENTAR LÍQUIDO MARCA ARTROGINA de empresa desconhecida.

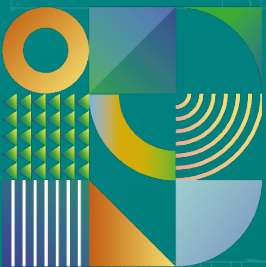


**Artrogina (Suplemento alimentar que elimina
dores crônicas)**

Escolha o melhor kit para você:

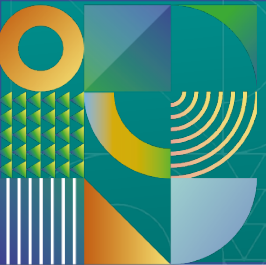


Regras que o comércio eletrônico deve obedecer



ANVISA

Agência Nacional de Vigilância Sanitária



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências

Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.

§ 1º É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.

§ 2º É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

§ 3º Para os efeitos deste código, a publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.

Art. 38. O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem as patrocina.



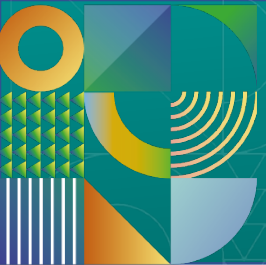
ANVISA

Agência Nacional de Vigilância Sanitária



ANVISA

Agência Nacional de Vigilância Sanitária



Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013

Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico

Art. 2º Os sítios eletrônicos ou demais meios eletrônicos utilizados para oferta ou conclusão de contrato de consumo devem disponibilizar, em local de destaque e de fácil visualização, as seguintes informações:

I - nome empresarial e número de inscrição do fornecedor, quando houver, no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;

II - endereço físico e eletrônico, e demais informações necessárias para sua localização e contato;

III - características essenciais do produto ou do serviço, incluídos os riscos à saúde e à segurança dos consumidores;



Decreto-Lei nº 986/69

Art. 2º, inciso XIV - Propaganda: a difusão, por quaisquer meios, de indicações e a distribuição de alimentos relacionados com a venda, e o emprego de matéria-prima alimentar, alimento in natura , materiais utilizados no seu fabrico ou preservação objetivando promover ou incrementar o seu consumo;

Art 23. As disposições deste Capítulo se aplicam aos textos e matérias de propaganda de alimentos qualquer que seja o veículo utilizado para sua divulgação.



Na área de alimento, as regras de rotulagem são extrapoladas para a propaganda.

Assim, o comércio eletrônico deve garantir informações as informações necessárias ao consumidor e verdadeiras.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Decreto-Lei nº 986/69

Art 48. Somente poderão ser expostos à venda, alimentos, matérias-primas alimentares, alimentos in natura , aditivos para alimentos, materiais, artigos e utensílios destinados a entrar em contato com alimentos matérias-primas alimentares e alimentos in natura , que:

I - Tenham sido previamente registrados no órgão competente do Ministério da Saúde;

II - Tenham sido elaborados, reembalados, transportados, importados ou vendidos por estabelecimentos devidamente licenciado;

III - Tenham sido rotulados segundo as disposições deste Decreto-lei e de seus Regulamentos;

IV - Obedeçam, na sua composição, às especificações do respectivo padrão de identidade e qualidade, quando se tratar de alimento padronizado ou àquelas que tenham sido declaradas no momento do respectivo registro, quando se tratar de alimento de fantasia ou artificial, ou ainda não padronizado.



Regularidade no comércio eletrônico: como assegurar?

Como assegurar regularidade do estabelecimento?

- Licença sanitária e cumprimento das BPF



Como assegurar regularidade do produto?

- Atendimento à RDC n. 243/2018, IN n. 28/18 e demais normas (ex.: aditivos)
- Produto regularizado



Regularidade no comércio eletrônico: como assegurar?

Como assegurar informações completas?

- Garantindo o acesso ao consumidor de todas as informações necessárias para a compra presentes no rótulo



Como assegurar informações verdadeiras?

- Garantindo que as alegações apresentadas estejam baseadas naquelas autorizadas para constar no rótulo





Quem pode ser responsabilizado por infrações sanitárias no comércio eletrônico?



Responsabilização pelas irregularidades identificadas



Lei 6.437/1977, art . 3º - O resultado da infração sanitária é imputável a quem lhe deu causa ou para ela concorreu.

§ 1º - Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual a infração não teria ocorrido.

§ 2º - Exclui a imputação de infração a causa decorrente de força maior ou proveniente de eventos naturais ou circunstâncias imprevisíveis, que vier a determinar avaria, deterioração ou alteração de produtos ou bens do interesse da saúde pública.



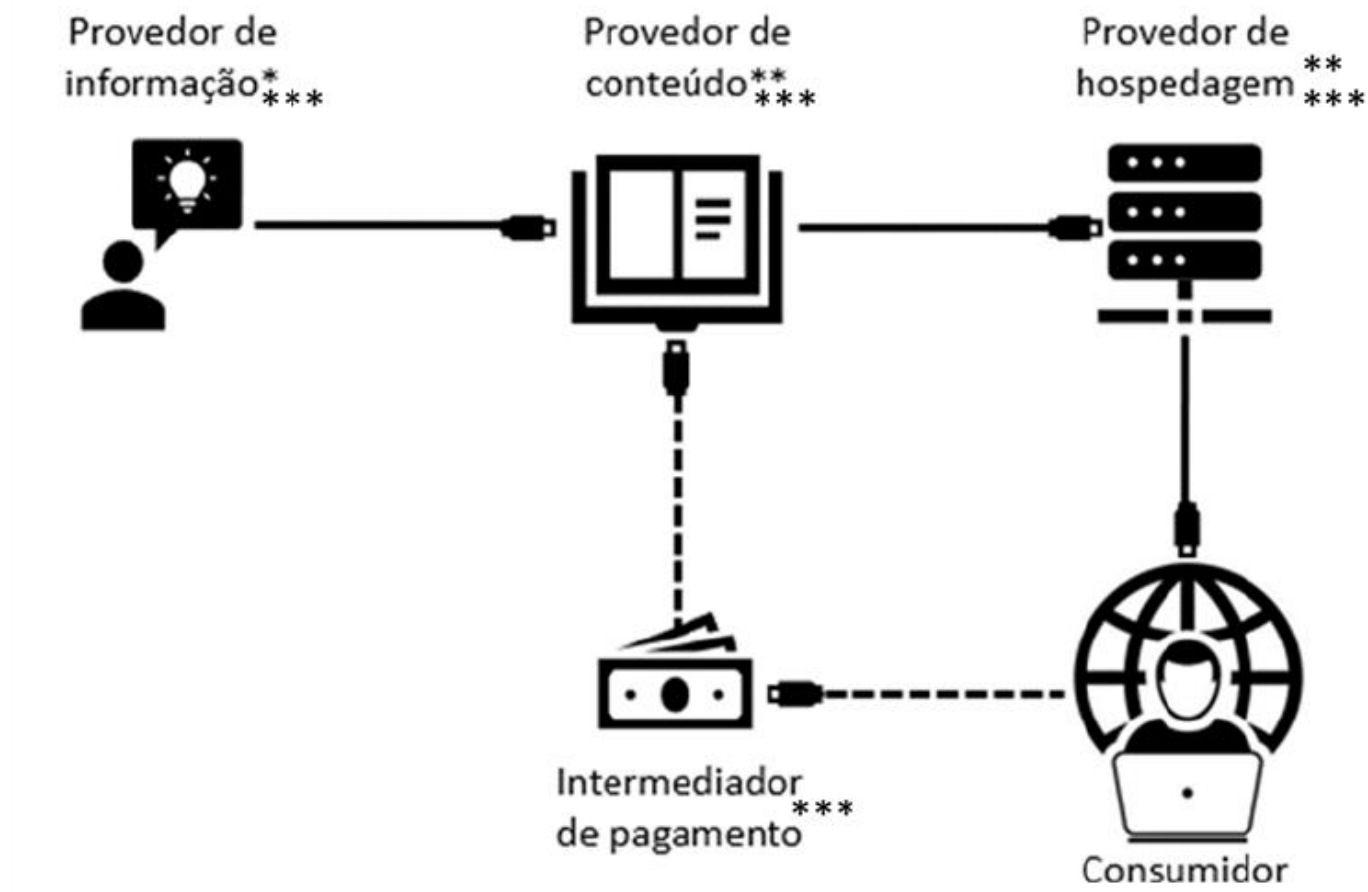
Responsabilização pelas irregularidades identificadas



Responsáveis por infrações sanitárias cometidas no âmbito da *internet*: provedores de aplicações que façam parte do ciclo produtivo-distributivo do produto ou serviço sujeito à vigilância sanitária.



Responsabilização pelas irregularidades na internet

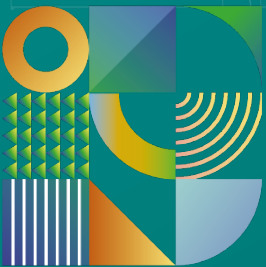


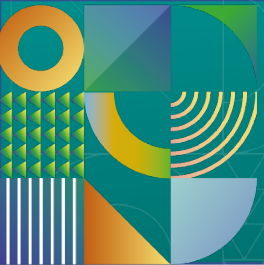
* Passível de autuação sanitária como autor

** Passível de autuação sanitária por atos de terceiros (o autor) em casos específicos

*** Passível de autuação sanitária por descumprimento de atos emanados pela Anvisa

Uso de novas ferramentas para fiscalização sanitária do comércio eletrônico





Monitoramento EPINET

- EPINET: Projeto piloto implementado até 2024 de Exclusão de Produtos Irregulares na Internet, é uma ferramenta de inteligência artificial (IA), capaz de rastrear termos de interesse da Anvisa relacionados a produtos irregulares 24 horas por dia e sete dias por semana.
- A ferramenta identifica potenciais anúncios irregulares e encaminha uma notificação ao responsável pelo site solicitando a sua retirada do ar. Após a notificação, a IA realiza o monitoramento das ações adotadas, de forma a assegurar que o anúncio foi retirado e que não houve o retorno à internet desse mesmo anúncio.
- A EPINET possui um grande alcance e um grande percentual de sucesso, com a retirada da internet de mais de 90% dos anúncios irregulares identificados.
- Previsão de contratação definitiva para 2026



<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/certificacao-e-fiscalizacao>.



Monitoramento EPINET



EPINET - Monitoramento do e-commerce de produtos sujeitos à vigilância sanitária

17/10/2024

Última atualização



Sinais captados
+ 128.000.000



Ameaças em potencial
+ 920.000



Notificações (takedowns)
229.633

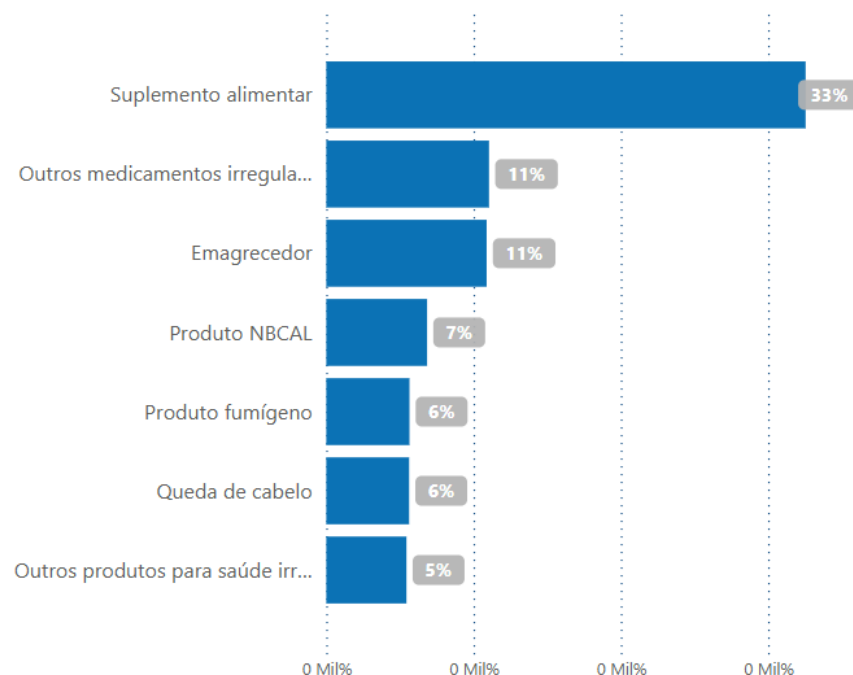
Produtos

Todos

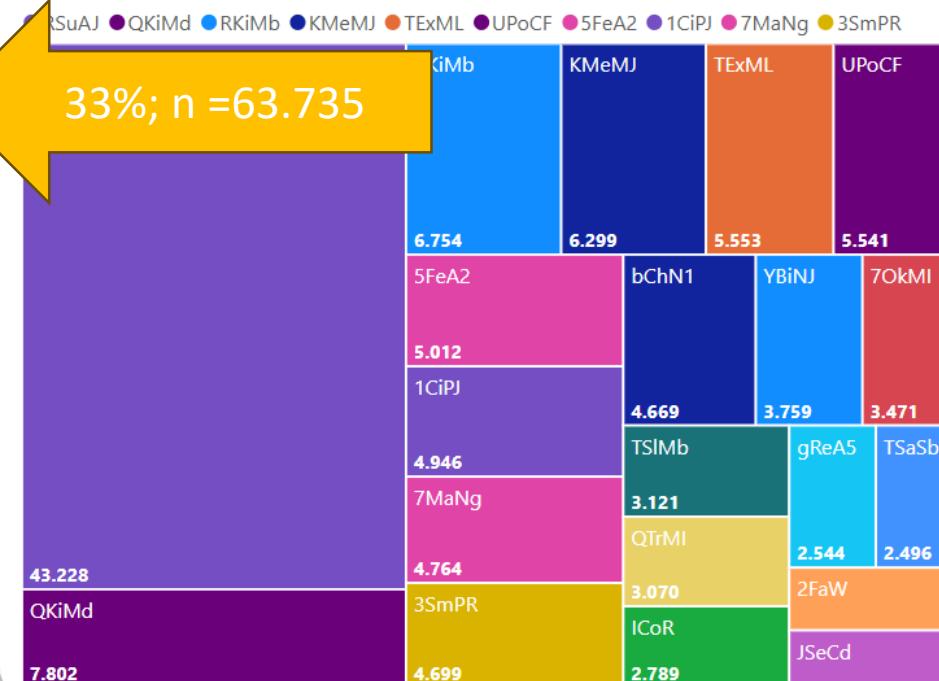
Grupos

Todos

Principais grupos com notificações solicitadas



Produtos com maior quantidade de notificações solicitadas





Obrigado

Agência Nacional de Vigilância Sanitária
SIA Trecho 5 - Área especial 57 - Lote 200
CEP: 71 205-050

Brasília – DF

www.anvisa.gov.br

Anvisa Atende: 0800-642-9782

[@anvisaoficial](https://www.instagram.com/anvisaoficial)

[anvisa_oficial](https://www.facebook.com/anvisa_oficial)

[@AnvisaOficial](https://www.twitter.com/AnvisaOficial)

